

## **Poderes, Instituições e Economia Substantiva: em busca de uma vida justa**

É uma trivialidade dizer-se que cada geração testemunha transformações marcantes da vida coletiva. Porque bem se sabe que a mudança é uma condição permanente dos mundos que compõem o mundo. A nossa geração (ou melhor, a geração a que eu pertencço) teve no centro da sua vida mudanças marcantes, únicas, e não lhe é nada difícil enunciar o que viu e qualificar de modo feliz muito do essencial, mesmo ou sobretudo quando olhamos para o que nos é mais próximo, o nosso país.

Pensando de forma mais estrutural e usando a distância do tempo, é razoável fazer o filme da história evocando, por exemplo, as gerações do século XVIII que, em lugares muito precisos, viram estabelecer-se “o núcleo da Revolução Industrial” ou as que, na primeira metade do século XIX, de forma igualmente localizada, testemunharam “o ponto de partida do capitalismo moderno”, vendo-o alterar a geografia, refazer as cidades, mudar as vidas e colocar nas margens da paisagem, apenas como instrumento, o capitalismo mercantil que Braudel estudou e localizou nos séculos anteriores. Assim como podemos lembrar as gerações do início do século XX que viram o que Polanyi chamou o desmoronamento da civilização do século anterior, tal como haveriam de ver a iniciativa rooseveltiana construir um capitalismo a que, para representar o seu apogeu e a sua difusão além da América, Wolfgang Streeck chamaria capitalismo democrático e Michel Aglietta designaria capitalismo contratual, quer dizer, aquele que a teoria da regulação situaria nos anos dourados do pós-guerra, fazendo-o autor de um círculo virtuoso de crescimento.

É natural que hoje as nossas gerações (e aqui uso o plural, para me referir a todos os que aqui estamos) se sintam no olho do furacão de transformações profundas, muitas delas indesejáveis. Motivos não faltam. De tal forma que até é legítima a dúvida de saber se ainda sobra espaço para racionalizarmos aquilo que observamos, entre o horrível e o distópico, entre velhas ordens que morrem e novas ordens que, mais do que emergentes, são radicalmente inexistentes. Parece até que nos falta matéria para a tão repetida asserção de António Gramsci (“O mundo antigo morre. O novo tarda a aparecer. E nesse claro-escuro surgem os monstros”): os monstros ocupam tanto espaço que não deixam supor que o novo se esteja a formar e, no claro-escuro, o claro é muito ténue ou mesmo invisível. Não parece, pois, haver um novo a despertar.

Justifica-se tal nostalgia e tal sentido de derrota? Não, claramente não! Vale a pena procurar compreender com maior detença o que se passa. E, mais do que isso, vale a pena procurar continuar a percorrer caminhos que se vão abrindo. Temos feito isso nesta Associação e nestes Encontros. Voltei a olhar para os temas à volta dos quais nos juntamos anualmente, já por oito vezes: economia substantiva, democracia, desigualdade, desenvolvimento, espaço e tempo, territórios, mudança, vida justa. Eis, como sempre se quis, um programa – um programa de economia política, isto é, uma interpretação que nos capacite para que possamos deliberar. É isso Economia Política. Usamos a história, a geografia, a estrutura e as dinâmicas da sociedade, as relações sociais. E, por isso, não descuidamos o que sempre estudámos. As nossas agendas de investigação não são hoje, evidentemente, as que seriam se, por absurdo, tudo se tivesse mantido como há quatro décadas. Mas não nos esquecemos do que significa a base da economia e do sistema de emprego ser a indústria, sendo o terciário e o primário essencialmente definidos pelo que resulta da articulação com aquela base. Temos presente o que significa a empresa ser a unidade dentro da qual se estabelece o essencial das relações de trabalho, das dinâmicas organizacionais e da criação de valor. Sabemos bem para o que servem as cidades quando reúnem e qualificam força de trabalho, consagram relações e formam culturas, desenvolvem serviços e princípios de administração, de organização e de inovação correspondentes aos sistemas de emprego que melhor as podem estruturar e

capacitar. E lembramo-nos de como estudámos todo o território quando muito do que o compunha se impunha como uma geografia de produção. Não nos esquecemos de quando estudávamos o Estado como um configurador suficientemente autónomo da vida coletiva e do bem-estar de um país, nas suas necessidades imediatas e nas suas capacidades de organização futuras. Hoje as questões são outras, obviamente, mas não nos distraímos da relação cúmplice e criativa com o que sempre tem sido estudado. Basta espreitar o programa deste Encontro.

Vejamos, então, no meio da turbulência, o que nos tem cabido assistir. Tornou-se corrente dizer que o grande tópico é a emergência do capitalismo financeiro, com tudo o que isso arrasta consigo no plano internacional, no europeu, nas nações e na vida dos indivíduos. Sim, estou a adotar a ideia de que não é o comércio de bens e sua liberalização mundial, como muitos economistas pensaram, não é a contraposição de modelos industriais e de inovação, como tão acesamente se defendeu noutras décadas, não é emergência de culturas populares ou eruditas mais poderosas do que outras – não será isto que redefine os tempos que correm. Foi a formação de uma instância para lá disto, uma lógica transacional representada no poder dos que dispõem de controlo sobre volumosos ativos financeiros – foi essa forma poderosa que submeteu o capitalismo produtivo industrial, sobrepondo-se a ele, substituindo *produção* por *circulação*, *lucro* por *juro* ou *renda*, e colocando a vida política e a vida material ao seu serviço. Foi também ela que submeteu os Estados, que alterou as formas de poder e que reverteu as instituições. Este é um ponto de passagem particularmente intenso.

A emergência de financeirização foi muito cedo observada por autores maiores do pensamento crítico.<sup>1</sup> Associaram-na à crescente internacionalização ou globalização e interpretaram-na essencialmente a partir do problema básico da acumulação e da questão de saber se o capitalismo estava em estagnação e crise e quais são as funcionalidades a que recorre para obviar a esse problema. Um certo arreigamento ao conceito de capitalismo monopolista limitou sempre a capacidade de interpretar os aspetos substantivos do funcionamento das sociedades. Viram a circulação de forma muito mais despreendida e autónoma e esse não seria ainda o tempo de ver como, cá “em baixo”, na produção, tudo se estaria a transformar.

Talvez estamos hoje em condições de ver isso melhor. A financeirização consiste numa deslocação crescente de recursos para atividades afastadas da produção de bens e serviços para serem dedicados à especulação, ao que em devido tempo se chamou economia de casino, à *paper economy*, à busca de vantagens de curto prazo. E tudo isto *em detrimento* da “economia real”, isto é, a expensas da base produtiva que constituía a própria base económica do capitalismo anterior. A questão principal da financeirização é, pois, poder de controlo. E o que dela emerge é a diminuição da produtividade global e a alteração da lógica geral de criação de emprego e de valor. Isto mesmo foi bem observado bastante cedo por James Tobin, que propôs uma taxa específica sobre estas transações, a taxa que ficou conhecida com o seu nome e com que procurava proteger as moedas nacionais.<sup>2</sup>

A mudança a que corresponde um capitalismo financeirizado não é, bem o sabemos, uma questão menor, não é apenas uma alteração dentro de uma lógica imanente do capitalismo, mais ou menos inalterada. É uma mudança da realidade substantiva de toda a economia, dos

---

<sup>1</sup> O livro clássico de Paul Baran e Paul Sweezy *Monopoly Capital* (1966) é, porventura, a base contemporânea de desenvolvimentos, que depois ocorrem em Harry Magdoff e Paul M. Sweezy, *Stagnation and the Financial Explosion* (New York: Monthly Review Press, 1987) e Harry Magdoff e Paul M. Sweezy, *The Dynamics of U.S. Capitalism* (New York: Monthly Review Press, 1972). Sobre isto cf. John Bellamy Foster (2007), “The Financialization of Capitalism”, *Monthly Review*, Abril. E também François Chesnay, *La Mondialisation du capital* - Syros, Paris, 1994.

<sup>2</sup> “On the Efficiency of the Financial System,” *Lloyd’s Bank Review*, 153 (1984), 14–15.

seus princípios de funcionamento, do modo com se usa o trabalho e o capital, se organiza a reprodução social, se gerem as expectativas individuais e, enfim, se define o lugar em que o Estado exerce o seus papeis. O que emerge da financeirização do capitalismo são, pois, os efeitos que dela decorrem na própria base económica do capitalismo: a concentração de recursos nas atividades financeiras corresponde a uma lógica *detrimental* face ao resto – acontece em detrimento do resto.

Vou olhar para as circunstâncias contemporâneas observando três campos principais, indicados no título que propus: o da formação e exercício do *poder* (ou dos poderes); o campo das *instituições* que emergem e o que se concretiza na organização da *vida substantiva*, entendida como *vida justa*.

### *A vida substantiva*

Começo por falar da vida material, e pela sua inserção no quotidiano. Fascinou-me ler os quatro parágrafos com que Albert Camus descreve a rua principal do bairro onde morava o protagonista de *O Estrangeiro*, num domingo à tarde: os que o habitam, os lugares que ocupam, o movimento da vida, as passagens e as presenças, o próprio decorrer do tempo; é Argel, mas podia ser Paris ou Coimbra; será no fim da década de 1940, mas poderia ser noutras décadas do século XX; é num romance mas podia ser numa pintura, num dos muitos quadros onde se foi representado a vida urbana... A vida material, a vida urbana em particular, tem uma expressão plástica que representa muito do tempo que decorre. Sobretudo quando é lugar não salpicado por não-lugares. Os que passam e os que estão presentes, o que Monsieur Meursault observava da sua janela era, na verdade, a emanção de modos de produção e de reprodução social cujas raiz e natureza estão muito diretamente vinculadas a um território que se posicionava perante o exterior a partir de si próprio, que se exprimia em função da sua própria materialidade, com a particularidade relevante de ser uma colónia. Os capitalismos do século XX representam, parece-me, a expressão cimeira da vida situada, contextualizada, fortemente vinculada a relações e a instituições próximas dotadas de grande espessura.

Foi por isso que o trabalho, a relação de cada um com a mais lenta ou mais rápida transformação dos sistemas de emprego, com as aprendizagens, especialmente quando elas se faziam através do *learning by doing*, esteve sempre no centro da construção da vida substantiva. Tantas vezes complementado pelas mobilidades, fossem elas as de maior ou menor proximidade, em especial as que resultavam da adaptação à geografia da produção.

Podíamos agora passar das imagens impressionantes para o cerne da economia, para o sistema produtivo. A conversa, em que não me deterei, seria, evidentemente, para fazer o que a melhor economia política fez até há poucas décadas: estudar as relações de trabalho, a organização da produção, as relações entre produção e difusão da capacidade de consumo, incluindo de bens duradouros (ou, se se preferir, a formação do bem-estar coletivo), tudo isto mediado por convenções, formas de concertação, negociações e, enfim, pela formação de instituições. Podemos chamar-lhe modo de acumulação de um capitalismo baseado, por um lado, na obtenção de ganhos de produtividade através da racionalização dos procedimentos técnicos e tecnológicos, da qualificação do trabalho e, por outro lado, na repartição desses ganhos para maior alargamento da produção e da reprodução social, segundo a generalização de padrões culturais que se iam alargando. E, para que não se fique apenas como um quadro idealizado, isto ocorreu, não por simples cinismo ou racionalidade, mas perante uma conflitualidade explícita, estabelecida a partir de sólidas formas de organização de interesses e de poderes diferenciados. A vida coletiva era, pois, contextual, tanto em termos económicos como em termos políticos e sociais, mesmo que diferenciadamente contextual.

O interesse que esta deambulação possa ter depende apenas de uma finalidade: como podemos repensar isto hoje, se já não é assim? Assumimos abertamente que o que interessa é o plano internacional, a mobilidade, a formação de trajetórias individuais? Buscamos portos seguros no lado da sociabilidade, das culturas e da capacidade relacional que se forja nas qualidades individuais ou recriamos contextos interligados? Não, a vida material e as suas instituições contam.

### *As instituições*

A ideia de *instituições* esteve sempre diretamente vinculada à vida material: é esta que é consagrada por elas. Ao modo de acumulação de que há pouco falei corresponde um modo de regulação cujas formas institucionais foram conjuntamente estabelecidas, definindo-se de modo apropriado as circunstâncias da relação salarial, do Estado, da moeda, do regime internacional. Tanto como cada forma institucional, contou a hierarquia entre elas: perante uma certa estabilidade do regime internacional e do regime monetário foi a forma da relação salarial e do Estado que estiveram no topo dessa hierarquia. Parece razoável dizer-se que era no trabalho, na presença autónoma e ativa da esfera pública e na organização produtiva que o essencial se baseava. Pensemos, por exemplo, na economia política da construção da democracia em Portugal, no pós-25 de Abril, e creio que veremos como foi tudo isto que foi central.

Ao contrário, as instituições da financeirização centram-se noutros lados, criando a sua própria ordem, mas sujeitando a si, livremente, o que se integrava noutras ordens concretas, mais densas. Agora, é a moeda e o seu domínio sob forma de ativos financeiros, a sua circulação no plano internacional, que mais conta e define a nova hierarquia. E a tendência é a subalternização das outras formas institucionais, muito especialmente a relação salarial e o Estado. Na verdade, trata-se de instabilizar e reordenar poderes. É por isso que a questão de hoje é identificar aos mesmo tempo poderes fáticos e poderes formais e identificar os processos de geração de desequilíbrios de poder.

Que instituições são essas, as que interessa criar para, pelo menos, reestabelecer tensões no quadro institucional tão desequilibrado do capitalismo financeirizado? Serão, como é próprio da construção institucional que os institucionalistas reconhecem, as que resultem da ação coletiva, como bem as definiu John Commons: “podemos definir instituições como ação coletiva no controlo, libertação e expansão da ação individual” (Commons, 1931: 648-649); e insistiu, “o princípio comum a todas é o maior ou menor controlo, libertação e expansão da ação individual pela ação coletiva”. Se, para Commons, o papel essencial das instituições era produzir equilíbrios generalizados e partilháveis, talvez a finalidade das instituições que hoje ambicionamos seja o inverso, seja provocar *desequilíbrios*, *tensões* relativamente a essas outras construções institucionais que não se formaram na ação coletiva ou, pelo menos, não conjugam “libertação” com “expansão” da ação individual, sendo todas elas centradas no “controlo”. Quer isto dizer que a finíssima definição de Veblen (instituições “são hábitos estabelecidos de pensamento comum da generalidade dos homens”) é algo que está longe de ser alcançado, tal é a convulsão do mundo.

### *O poder e os poderes*

O poder e os poderes têm a sua própria morfologia e são, por sua vez, expressão da sociedade num dado momento. Mas há momentos em que o que melhor representa o que se passa com os poderes é a sua profunda transformação: a redefinição morfológica, em vez da morfologia conhecida. Parece claro que vivemos um destes momentos de instabilidade e transformação, em que a turbulência é intensa.

Se há coisa que, com particular visibilidade, foi passando sob os nossos olhos nas décadas mais recentes foi a modificação radical do papel do Estado e dos seus poderes. Nada que já não tenha acontecido noutras tempos, levando ao que se tornou marcante no século XX. Mas então tratou-se de configurar um Estado sujeito de capacidades, incluindo a de intervenção direta na economia, através de empresas estatais poderosas em áreas fundamentais; com ação muito forte na definição de políticas públicas nas esferas essenciais do bem-estar coletivo e da capacitação individual; em relação direta com instâncias das quais dependia criticamente a sua capacidade de regulação (a moeda é o melhor exemplo); com administrações tributárias que garantissem receitas públicas coletadas segundo princípios elementares de justiça e onde se destacasse a progressividade perante os rendimentos. É verdade que este Estado, que ainda representa a maneira de o entendermos, é historicamente muito recente, foi breve, tem uma localização limitada na amplidão do mundo e tem de se comparar com outras formas de poder, para o bem ou para o mal, ao longo dos tempos.

Mas a transformação contemporânea desta realidade e deste paradigma tem sido avassaladora. A migração de papéis e de poderes da esfera pública para outras instâncias é intensa como intenso se tem revelado o processo de cerco, limitação e desmoronamento dos poderes do Estado. Entre quem estuda Economia Política isto não carece de grande demonstração e é fácil falar do que acontece com a regulação e a emissão monetária, o papel dos bancos centrais e a política cambial. O mesmo acontece com tudo o que esteve associado às lógicas de privatização e liberalização nestes domínios e em especial na chamada banca comercial e de investimento. Por outro lado, em substituição da presença e da provisão públicas, a privatização dos grandes setores, incluído dos serviços de interesse comum, tem mostrado bem como a formação de monopólios privados reconstituiu ou reforça, à “moda antiga”, os poderes que o capital concentra, agora com finalidades novas (que não são as da produção, mas sim as da especulação). Mais insidiosa é a captura do interesse geral e do exercício do Estado em esferas com as da saúde, da educação e da segurança social. Nestes casos não se tratará apenas de substituir e de afastar o Estado, trata-se de o privatizar e de gerar lucros através do próprio Estado, isto é, da captura da sua ação. Mais do que cercá-lo e limitá-lo o que se faz é torná-lo cliente, financiador, agente ativo de transferência de riqueza para a esfera privada

Por tudo isto quero também falar dos poderes que emergem e se formam nas novas condições do mundo. A chamada globalização fez, de facto, da esfera supranacional um nível de emanação de novos poderes. Os mercados de capitais, de tecnologias, de mobilidade de pessoas, porventura também de armas, são sede principal destes poderes que ignoram fronteiras e apenas de forma muito limitada são tocados pelos poderes legitimados pela soberania popular. Evidentemente que há capacidades de resistência e contraposição que são possibilitadas pelas novas circunstâncias da relação das pessoas com o mundo. Mas elas parecem infinitesimalmente escassas, em contraposição com aqueles outros.

Augusto Santos Silva publicou recentemente um ensaio, essencialmente conceptual, que intitulou *Poder: Análise crítica de um conceito* (Tinta da China, 2024). Analisa o poder “como categoria”, aí incluindo as formas de poder, e o poder “como ponto de vista”, aí incluindo uma visão interacionista e uma apreciação da relação com a estrutura social, isto é, com as coordenadas espaço-tempo da sociedade; trata ainda da relação entre poder e política, como subsistema próprio, representada no espaço público. A morfologia social e do poder e as dinâmicas relacionais dentro de um quadro social estabilizado são muito bem dissecadas e isso, parece-me, abre campo para outras discussões, além destas e de que o autor não trata. Designadamente aquela que aqui quero sugerir sobre a turbulência que atravessa a morfologia e as formas de poder a que estamos habituados; e, sobretudo, a discussão sobre as novas formas de poder. “Virtualmente, todos os recursos podem ser transformados em poderes”. Pois podem! E tanto mais poderosos quanto mais poderosos sejam os recursos, acrescento

eu. É que, no concreto, estamos a falar de poderes *no* capitalismo, e muito especialmente num capitalismo em transformação, para não dizer em convulsão. E é aqui prevalece e atinge o seu máximo, para usar os termos de ASS, a “lógica adversarial” do poder: é ela “que desqualifica e neutraliza os poderes detidos por outros” (16). A assimetria é, de facto, condição necessária de qualquer poder e por isso, sobre as relações e as interações, há hierarquia, indeterminação e autoridade. E ainda por isso, a política entre poderes tende a ocupar tanto espaço, mais, porventura, do que o da relação entre poderes e cidadãos.

### *A vida justa*

É difícil negar que a nostalgia espreita sempre e ocupa lugar próprio quando se quer pensar no futuro perante um quadro que se desregulou e nos aparece como turbulento, caótico e incerto. Mas é preciso dar dois passos em frente. E não creio que esteja a dar logo um passo atrás se dizer que a composição dos instrumentos, das lógicas de ação e dos lugares onde se pode buscar uma vida justa, essa composição, tem necessariamente que incluir resgates do que melhor provou no passado. Conservadorismo progressista? Não sei...

Há uma coisa que me parece certa e aceitável: sem uma reconstituição de uma esfera pública ativa não há solução. Qual? Onde, isto é, a que escala? Em que quadro relacional? Poderá ser apenas através de um Estado vigilante? Um Estado *à la* Mazzucato: que estimula e se centra no celebrado propósito da inovação, que dissemina a fórmula “criação coletiva de valor” e a associa a *stakeholders*, confiando numa “finança paciente”, estimulando uma “governança empresarial guiada por propósitos” e confiando nos bens comuns criados através da “colaboração entre criadores de valor”? Será este Estado, tão bondoso como elegante, movendo-se em salões? Ou é um Estado que age perante a tragédia? Uma esfera pública com real poder de monopólio na comunidade que representa?

É por assim ser que regresso ao plano em que se pode recriar vida material em relação com a ação coletiva. Um lugar em que a proximidade possa ganhar valor. E, a partir daí, consolidar instituições e vida justa. Vejo a busca da vida justa como a busca da *cidade*. O uso que aqui faço do termo cidade é metafórico, mas não apenas. A cidade, neste contexto, é o lugar de reunião de pessoas, recursos e capacidades e de criação de um ambiente, de um meio de vida. O que melhor caracteriza a cidade são as interações. E estas, por sua vez, dependem do conjunto de recursos aí situados, da sua densidade e da coerência da sua estrutura. Conhece-se o grau zero da cidade: é a cidade monofuncional, feita para estar ao serviço do que lhe é totalmente exterior, a cidade sem ancora que ajude a fundear vida própria; este grau zero tende a adquirir agora ainda outra forma, que é a da cidade de passagem, de fruição instantânea e provisória, a cidade do carimbo num passaporte, e mais nada. Conhece-se também a cidade utópica, lugar onde se mora, resultante do desenho novo, da ideia de espaço de resguardo e descanso. Uma cidade limpa do que fosse estranho à sua condição desejavelmente plana.

Não é de nada disto que aqui falo. A metáfora que adoto é a da cidade lugar de vida nas suas múltiplas aceções, lugar de trabalho, lugar de acesso ao que se forma coletivamente, lugar de vizinhança e interação, de presença e liberdade individuais, mas não de singularização exótica, enfim, de segmentação ou de criação de fronteiras internas. E é da cidade como lugar de economia, é da economia, que falo.

### *Uma conclusão*

A minha conclusão baseia-se nos três campos com que formei o título (poder, instituições e realidade substantiva). Em primeiro lugar, numa agenda de investigação contemporânea terá de haver uma atenção muito precisa para uma sistemática averiguação dos poderes que configuram as sociedades, com compreensão da obscuridade de muitos deles e das escalas

variadas em que se formam (desde a proximidade até ao etéreo nível global) e com uma apertada apreciação dos fundamentos da sua autoridade e legitimidade. A questão essencial parece-me ser discutir os poderes que não emanam da sociedade nem assentam na legitimidade democrática que esta lhes pode conferir. E compreender, desta forma, como se está a operar uma muito forte transformação da relação entre poderes. Assim como interessa identificar bem os poderes, os que nos capacitam. Além de preenchermos um bom ponto de investigação, que nos aproxima do tempo concreto em que vivemos, parece-me que, exceto se nos colocarmos num elevado nível de abstração, a identificação dos poderes que permeiam o nosso objeto de trabalho é uma condição de boa investigação, servindo também para as escolhas que um exercício de Economia Política sempre envolve. Sejam elas as que sirvam para deliberações úteis no quadro da presença (mesmo provisória) desses poderes, sejam para formular o que os pode reverter.

Em segundo lugar, devemos falar com especial ênfase do envolvimento na construção institucional. Não a estafada e improdutiva questão das instituições globais, cuja inexistência ou ineficácia se conhece bem, mas antes a antiga asserção de Veblen e Commons, regressando ao objetivo de obter formas comuns e partilháveis de perceção do mundo através da ação coletiva. E almejar com elas duas coisas: um objetivo explícito de *reversão* de muitos dos poderes que tornaram o mundo num lugar agreste, revelando capacidade de insubordinação perante o que existe, por um lado, e, por outro, que sejam capazes de representar uma sociedade que se quer estruturar a partir da vida de todos, especialmente dos que estão em lugar de sujeição. Não é difícil formular uma pergunta dubitativa sobre esta proposta: é possível construir poder sem ter poder? É! O nome disso está há muito encontrado: política. Ação política, no sentido em que o conceito de Economia Política que aqui temos burilado nos indica: que os processos e os resultados económicos se formam em contextos institucionais, históricos e geográficos precisos; que entendemos “os fenómenos económicos como configurados por fatores de ordem social, política, jurídica, cultural, tecnológica e ecológica”. E também que é preciso compreender o poder e capacitarmo-nos para intervir na deliberação. Que instituições podemos ajudar a criar? As que assentam na realidade substantiva de uma da vida justa. Como é que a podemos definir? Este é o meu terceiro ponto.

Usei, como viram, a *cidade* como referência concreta e como referência metafórica e política para falar de realidade substantiva. É na cidade (naquela dupla aceção) que se pode alcançar a vida justa. Não é apenas porque a cidade é intensamente relacional. É porque ela é também o lugar mais denso e aberto da vida material. A ideia da cidade apenas como lugar de práticas, de exercício do político, de interações culturais parece-me ter o defeito de captar apenas uma parte, importante, mas pequena, do que a cidade é. É na cidade, aliás, que se revelam com cristalina visibilidade as imagens que não devem ser esquecidas quando queremos representar a vida material. Nas metrópoles, vemos os comboios cheios de gente que pendularmente ligam as periferias que tendemos a ignorar e o centro em que concentramos excessivamente a nossa atenção; vemos a “classe ociosa” no sentido vebleniano; vemos a valorização do capital improdutivo e rentista, tal como vemos a criação mais sofisticada de emprego, de produção, de conhecimento e de geração de valor. Nas cidades médias, são especialmente fortes as imagens de capacidades produtivas, novas ou antigas, da ligação mais próxima entre produção e reprodução social, da existência ou inexistência das condições para uma estruturação própria ou, então, das consequências das más deliberações que resultam em fragilização, debilidade e novas vulnerabilidades. O que é verdadeiramente necessário é dar atenção aos pontos concretos da materialidade da cidade e deliberar sobre isso. Os termos essenciais da vida justa são há muito conhecidos: trabalho, emprego e relacionamento justo; construção coletiva de conhecimento informado, adensamento de proximidades e partilhas culturais.

